

# **Comemorações e História Empresarial. O 1.º Centenário da Empresa de Limas União Tomé Fêteira Lda. (1956)**

Maria Alice R. Pinto Guimarães<sup>8</sup>

## **1. INTRODUÇÃO**

Em Agosto de 1956, a imprensa periódica noticiou com grande relevo a comemoração do centenário da Empresa de Limas União Tomé Fêteira Lda. (ELUTF). Os títulos e os conteúdos não variavam muito: “Comemoração do 1.º Centenário do Fabrico de Limas, na Vieira de Leiria, teve justo e brilhante realce, e constituiu grandiosa e merecida homenagem ao seu iniciador – Joaquim Tomé Fêteira”, “Vieira de Leiria. A Grande Empresa de Limas União Tomé Fêteira comemora com todo o brilho o centenário da sua fundação” ou ainda, “O I Centenário da Empresa de limas União Tomé Fêteira foi comemorado hoje, em Vieira de Leiria, com a inauguração dum monumento ao fundador da indústria Joaquim Tomé”<sup>1</sup>. Elogiosos, além de fazerem referência ao gigantismo da empresa, à qualidade das limas que

---

<sup>8</sup> Mestranda em História Económica e Social Contemporânea, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; professora de História na Escola EB 2/3 Guilherme Stephens – Marinha Grande.

<sup>1</sup> Cf. pela ordem em que foram citados: *Região de Leiria*, n.º 987, 9 de Agosto de 1956, p. 1; *O Mensageiro*, n.º 2017, 4 de Agosto de 1956, p. 1; *República*, 4 de Agosto de 1956, p. 4.

ali se produziam e aos vastos mercados internacionais então conquistados, salientavam ainda a personalidade honesta, trabalhadora e inovadora do fundador, Joaquim Tomé Fêteira, ao qual foi prestada homenagem no decorrer destas comemorações.

Assim, no dia 4 de Agosto de 1956, por volta das 11 horas da manhã, chegaram a Vieira de Leiria as mais de duas centenas de personalidades convidadas para comemorar condignamente o grande acontecimento. De entre estes, e em representação do Governo, tiveram presença relevante os subsecretários de Estado: do Comércio e Indústria, Eng.º Magalhães Ramalho<sup>2</sup>, da Assistência Social, Dr. Melo e Castro<sup>3</sup> e do Tesouro, Dr. Jacinto Nunes<sup>4</sup>. Também o Governador Civil de Leiria, Dr. João Moreira, o Bispo de Leiria, antigos membros do Governo (com destaque para o grande entusiasta pela industrialização, o vice-presidente do Conselho Superior da Indústria, Engenheiro Ferreira Dias<sup>5</sup>), deputados, procuradores à Câmara Corporativa, altos funcionários, engenheiros, técnicos e alguns operários, figuraram neste extenso rol de convidados. A juntar a estes, não podemos deixar de mencionar o vasto número de representantes da ELUTF no estrangeiro que “virão

---

<sup>2</sup> António Sobral Mendes de Magalhães foi subsecretário de Estado do Comércio e Indústria entre 1952 e 1958, ao tempo em que Ulisses Cortês era ministro da Economia. Durante o período em que foi deputado à Assembleia Nacional pelo círculo de Viseu, distinguiu-se ao defender a industrialização do país (Cf. Maria Fernanda Rollo, “Ramalho, António Sobral Mendes de Magalhães”, *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. II, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 812.

<sup>3</sup> José Guilherme Melo e Castro assumiu aquele cargo entre 1954 e 1957, foi provedor da Misericórdia e deputado em várias legislaturas. Na opinião de Joaquim Magalhães Mota “era um homem de uma grande curiosidade intelectual, capaz de rever juízos e critérios, com uma generosidade e um respeito pelos outros que o tornavam incapaz de ser dogmático ou fechado à evolução” (Cf. autor cit., “Castro, José Guilherme Melo e”, *Dicionário de História ... op. cit.*, vol. I, pp. 673-674.

<sup>4</sup> Manuel Jacinto Nunes foi subsecretário de Estado do Tesouro entre 1955 e 1959. Grande economista (era licenciado em Ciências Económicas e Financeiras e doutorado em Economia), nos seus múltiplos afazeres, além de professor universitário foi também autor de uma vasta bibliografia sobre temas económicos. J. M. Brandão de Brito salienta, ainda, o trabalho que este desenvolveu com Luís Maria Teixeira Pinto e Francisco Pereira de Moura, “que alterou significativamente o ensino da economia e as concepções económicas do nosso país nos finais dos anos 50 e durante quase toda a década de sessenta” (autor cit., “Nunes, Manuel Jacinto”, *Dicionário de História ... op. cit.*, vol. II, pp. 672-673.

<sup>5</sup> Recordamos que Ferreira Dias Júnior (1900-1966) foi membro do Governo entre 1940-44 e 1958-1962, onde desempenhou os cargos de subsecretário de Estado do Comércio e Indústria e de ministro da Economia, respectivamente.

expressamente a Portugal com as suas esposas” para participar nos vários actos comemorativos<sup>6</sup>.

As cerimónias iniciaram-se pelo meio-dia, imediatamente após a chegada dos membros do Governo, recebidos pela família Tomé Fêteira, com a visita ao Museu da Fábrica. Este, mais não era do que a reconstituição da primitiva oficina “onde Joaquim Tomé Fêteira, há um século, forjou a primeira lima”<sup>7</sup>. Daí, a comitiva seguiu para o interior da fábrica onde os vários elementos da família apresentaram “pormenorizadas explicações sobre a evolução e transformação da lima” desde que é separada da barra de aço até à embalagem<sup>8</sup>. Também a Fábrica de Aços (fundada por João Tomé Fêteira em 1950) foi visitada por todas estas individualidades. Após as visitas, com os convidados reunidos no largo “fronteiro à fachada principal da Fábrica procedeu-se ao descerramento do monumento que imortaliza, em bronze, a memória de Joaquim Tomé Fêteira”<sup>9</sup>. Revestindo-se de um carácter filantrópico, nestas comemorações, foram também inaugurados “alguns melhoramentos de carácter social e assistencial”. Entre outros, ganha especial relevo a *Creche Inácia Piedade Sequeira Fêteira* que fora projectada para dar abrigo aos filhos dos operários da ELUTF e que serviria, na opinião do redactor deste artigo, para beneficiar os filhos dos operários, “futuros operários de amanhã e que, por tal motivo, se sentirão ainda mais ligados à organização”<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> *O Mensageiro*, n.º 2016, 28 de Julho de 1956, p. 3. De entre estes agentes e importadores de limas que estiveram presentes discursaram, após o almoço, os representantes da Holanda, Dinamarca, Bélgica e Grécia (Sobre os discursos pronunciados veja-se o art.º “O I Centenário da Empresa de Limas união Tomé Fêteira...”, *República*, 4 de Agosto de 1956, p. 4).

<sup>7</sup> “A comemoração do 1.º Centenário do Fabrico de Limas, ...”, *Região de Leiria*, 9 de Agosto de 1956, p. 1. Segundo o autor deste artigo, nesse museu podiam “admirar-se as ferramentas rudimentares com que os artífices daquele tempo, fazendo prodígios de habilidade, manipulavam as limas; desta forma a raspa, a forja, a traçadeira e outras ferramentas ali expostas, em contraste com as modernas máquinas [...]”.

<sup>8</sup> *Idem*.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

Terminadas as cerimónias teve lugar, no “amplo refeitório da empresa”, um lauto banquete que, curiosamente, foi presidido não pela actual gerência, mas sim por Lúcio Tomé Fêteira que, ladeado pelo subsecretário de estado do Comércio e Indústria e pelo Governador Civil de Leiria, pronunciou o indispensável discurso de boas vindas. Por este, o mais novo dos Fêteira, fez saber que o seu contributo foi “pequeníssimo”, e que “quem a agigantou e deu expansiva realidade ao sonho do seu criador foram os outros filhos”, Albano e João, que desde a fundação da ELUTF se mantinham na sua Gerência<sup>11</sup>.

Ora, é precisamente a compreensão deste gigantismo ou melhor, do caminho percorrido por esta família para o alcançar que, nesta comunicação, pretendemos dar a conhecer. Na impossibilidade de contemplar aqui todos os aspectos necessários à elaboração de uma História Empresarial<sup>12</sup> é, todavia, possível divulgar algumas vertentes que, em nosso entender, nos permitem compreender o sucesso desta empresa que, em 1956, foi considerada a maior da Europa e a segunda maior do mundo.

## **2. A EMPRESA DE LIMAS UNIÃO TOMÉ FÊTEIRA, Lda. (1919-1956)**

A origem da indústria limeira, em Vieira de Leiria, remonta à primeira metade do século XIX quando, após a última invasão francesa (1810), recrudesceram as actividades ligadas à Mata Nacional de Leiria, também conhecida como *Pinhal do Rei*<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Cf. “A comemoração do 1.º Centenário...”, *Região de Leiria*, 9 de Agosto de 1956, p. 1.

<sup>12</sup> Recordamos que J. M. Amado Mendes no seu trabalho «A “velha” e a “nova” História Empresarial em Portugal (1924-1994). Principais tendências e resultados» (*Gestão e Desenvolvimento*, 8, pp. 97-113), aponta como exemplo de aspectos a considerar nesta vertente da História “os recursos humanos e os recursos materiais; a tecnologia, sua evolução, transferência e adaptação; a sociedade e a cultura envolvente; a política e a ideologia”.

<sup>13</sup> Sublinhe-se que esta foi a designação primitiva e aquela que utilizaremos no decorrer deste trabalho. *Mata Nacional de Leiria* ou, simplesmente, *Pinhal de Leiria* foi a designação atribuída após a implantação da

Diversos autores, entre eles Tito de Sousa Larcher (jornalista) e Arala Pinto (engenheiro silvicultor no Pinhal) frisaram bem a importância que aquele pinhal desempenhou na fixação demográfica por um lado e por outro no que concerne ao desenvolvimento económico daquela região, a oeste do distrito de Leiria. Concretamente, em 1929, o primeiro destes autores afirmava: “É a mata nacional a fonte de riqueza das duas freguesias, Marinha Grande e Vieira, e à sua sombra se desenvolvem as riquezas industriais das duas povoações – a indústria dos vidros na primeira, e a das limas na segunda”<sup>14</sup>. O segundo, Arala Pinto, em 1949, também reconheceu que foi o pinhal que favoreceu a “criação de hábeis artífices que ainda hoje constituem a maior população dos habitantes de Vieira de Leiria, e que vão desde o lenhador, ao aparelhador de madeiras, aos serradores e aos limeiros [...]”<sup>15</sup>.

De facto, e como aqueles autores já tinham constatado o Pinhal do Rei foi o factor determinante para o surgimento e posterior desenvolvimento da indústria limeira em Vieira de Leiria. Representando um importante mercado consumidor que não dispensava as limas para afiar as ferramentas utilizadas no corte dos pinheiros possuía, simultaneamente, os combustíveis indispensáveis, a lenha e a carrasca, que alimentavam as forjas, necessárias àquele fabrico.

---

República (1910). Actualmente, vários autores, designadamente: Custódio de Moraes (“Geologia e Geografia da Região de Leiria”, *Memórias e Notícias. Publicações do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra*, n.º 9, 1936, p. 5, nota 1); José M. Amado Mendes (*Memórias da Marinha Grande. Introdução e Perspectivas*, Câmara Municipal da Marinha Grande, 1993, p. 5); José Nunes André e Maria de Fátima Cordeiro (“Importância do Pinhal do Rei na fixação das areias eólicas”, *Seminário. Dunas da Zona Costeira de Portugal*, Associação Eurocoast-Portugal, 1998, p. 3), defendem que a designação mais correcta seria a de *Pinhal da Marinha Grande* uma vez que, aproximadamente, 60% da sua área insere-se neste concelho.

<sup>14</sup> Tito de Sousa Larcher, “O concelho da Marinha Grande”, *União Nacional*, Suplemento da Marinha Grande, Ano II, n.ºs 68-69, 18 de Dezembro de 1929, p. 3.

<sup>15</sup> Arala Pinto, “A indústria das limas e o Pinhal de Leiria”, *Indústria Portuguesa*, ano 22º, n.º 262, 1949, p. 777.

Embora não seja possível determinar com segurança quer a data, quer o introdutor desta indústria em Vieira de Leiria<sup>16</sup>, é possível, no entanto, afirmar que foi no terceiro quartel do século XIX que este sector floresceu, mais precisamente quando os “industriais limeiros passaram a dispor de aço (matéria-prima) “adequado, tanto em dimensões como em qualidade”, o que lhes terá permitido passar da repicagem (reforma ou renova de limas) ao fabrico integral da lima<sup>17</sup>.

De acordo com o *Inquérito Industrial de 1890* é possível, a partir daquele período, determinar a crescente influência que a família Fêteira vai tendo no sector da indústria limeira. Aí, e num grupo de 15 signatários, em que “cada um por si ou unidos dois a dois, têm uma officina [...] em que executam, tanto em ferro como em aço, diversos trabalhos de forja, serralheria civil, etc., sendo porém sua especialidade a fabricação de limas, [...]”<sup>18</sup>, 8 deles (53,3%), tinham como apelidos “Thomé” e “Feteira” ou “Thomé Feteira”. Destes, 4 signatários são os famosos irmãos Fêteira (Joaquim, Manuel, José e António)<sup>19</sup>. Mais tarde, o estudo de Pires de Campos, datado de 1916 e intitulado *A Indústria das Limas em Portugal*, vem confirmar esta predominância. Na “Relação nominal das oficinas de limas em Vieira de Leiria”, que elaborou para aquele trabalho, regista já 9 indústrias (60%) com aqueles sobrenomes para um total de 15<sup>20</sup>.

À parte aquela significativa incidência do sobrenome Fêteira, outros testemunhos confirmam a influência que esta família vem desempenhando neste sector de actividade. A comprová-lo está a notícia dada por um periodista de *A Ilustração Portuguesa*, em 1912: “O

---

<sup>16</sup> Sobre esta problemática veja-se: Maria Alice R. Pinto Guimarães, “A Empresa de Limas União Tomé Fêteira, Lda. (1856 – 1943). Subsídios para a sua História”, *Gestão e Desenvolvimento*, 9 (2000), pp. 213-253.

<sup>17</sup> Cf. a secção “Informações. Leiria. Serralheria”, *Inquérito Industrial de 1890*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 768.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 767.

<sup>19</sup> Cf. Anexo I – Genealogia da Família Tomé Fêteira.

<sup>20</sup> Cf. Pires de Campos, *A Indústria de Limas em Portugal*, Leiria, Tip. Leiriense, 1916, p. 33.

fabrico de limas na Vieira anda tradicionalmente ligado ao honrado nome da Família Fêteira, família numerosa, hoje dividida em casas importantes” e uma delas é a do “senhor Joaquim Tomé Fêteira [...].[Aí] trabalham ele e os filhos todos na perfeição, incluindo as meninas. Trabalha também a sua esposa [...] como as outras pessoas que vão de fora trabalhar nas suas oficinas, das quais saem todos os anos dezenas de milhares de limas para o país, Brasil e Espanha[...]”<sup>21</sup>.

A crescente influência da família Tomé Fêteira no sector das limas será confirmada, na segunda década do século XX, mais precisamente em 1917, quando Joaquim Tomé Fêteira (1847-1918), considerado o mais importante “industrial limeiro” de Vieira de Leiria, já doente, fez saber ao seu amigo, P.<sup>e</sup> José Ferreira de Lacerda, que ele e sua mulher, Inácia da Piedade Sequeira, fizeram uma escritura de doação aos seus quatro filhos mais velhos: Raul, Francisco (e respectivas esposas), Albano e João, todos de sobrenome Tomé Fêteira, que constava de uma “propriedade [...] neste sítio da Carvalheira, limite e freguesia da Vieira [...]. Que nesta propriedade andam os segundos outorgantes construindo à sua custa, com licença deles doadores, uma fábrica para produção e faturado de limas”<sup>22</sup>.

Foram aqueles quatro filhos de Joaquim Tomé Fêteira, Raul (1882-?) Francisco (1886-?), Albano (1895-1985) e João (1897-1970), industriais de profissão (e respectivas esposas de “ocupação doméstica”) que, no dia 28 de Abril de 1919, juridicamente, por escritura pública, constituíram a *Empresa de Limas União Tomé Fêteira*, sociedade por quotas de responsabilidade limitada<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> Cf. “A indústria da lima em Vieira de Leiria”, *A Ilustração Portuguesa*, n.º 343, 16 de Setembro de 1912, p. 366.

<sup>22</sup> Notário Dr. Pedro Dias, *Escritura de doação que fazem Joaquim Tomé Fêteira e sua mulher a seus filhos, todos da Vieira*. 20 de Março de 1917 (desta escritura foi-nos, gentilmente, cedida fotocópia pela Gerência actual da Empresa de Limas).

<sup>23</sup> Arquivo Distrital de Leiria (ADL), notário José Pedro Dias Júnior, *Livro de Notas*, n.º 45 (1919), fls. 45.

O objectivo fundamental que presidiu à constituição da ELUTF foi, declaradamente, “a exploração industrial do fabrico e venda de limas, limotes e limatões, côtos e outros objectos de ferro e aço, e a de qualquer outro artigo que se resolva explorar”<sup>24</sup>. Com um capital social inicial de 80 000\$00 (repartido em quotas de valor igual pelos 4 irmãos), desde logo manifestou o seu cunho familiar ao fazer redigir um artigo onde se pode ler: “A cessão de quotas só será livremente permitida quando for feita a irmãos dos sócios, porque no caso de se pretender fazer a estranhos terá a sociedade primeiro, e depois qualquer dos sócios, o direito de preferência”<sup>25</sup>.

Foi, de facto, a partir desta sociedade que a revolução industrial no sector das limas se iniciou, no início dos anos vinte, numa empresa cujo núcleo original remonta, oficialmente, ao ano de 1856 e pela terceira geração de uma família, tradicionalmente, ligada à sua manufactura<sup>26</sup>.

Ao longo do tempo, e até ao ano de 1956 (baliza cronológica que impusemos a este estudo), foi possível detectar as alterações jurídicas, feitas àquele primeiro pacto social e que, de certa forma, são reveladoras da importância e projecção que esta empresa irá adquirindo no contexto da industrialização portuguesa.

Assim, logo a 13 de Abril de 1921, é lavrada nova escritura pública em que se procedeu ao aumento do capital social para 400 000\$00 e à admissão de dois novos sócios<sup>27</sup>. Por esta, os 4 irmãos e sócios (Raul, Francisco, Albano e João), reforçaram a sua quota com 67 500\$00 (sendo o valor de cada uma, agora, de 87 500\$00) ao mesmo tempo que admitiram na

---

<sup>24</sup> *Idem*, art.º 2.º.

<sup>25</sup> Cf. ADL, notário José Pedro Dias Júnior, *op. cit.*, *supra*, nota 23.

<sup>26</sup> Recordamos aqui que Joaquim Thomé, casado com Angélica Fêteira [pai de Joaquim Tomé Fêteira (1847-1918) e avó dos fundadores da ELUTF], é o mais antigo ascendente conhecido desta família e, muito provavelmente, o verdadeiro fundador da “velha forja dos Tomés”. Sobre esta problemática veja-se o artigo cit., *supra* nota 16, pp. 216-217.

<sup>27</sup> Cf. ADL, notário José Pedro Dias Júnior, *Livro de Notas* n.º 71, fl. 31.

sociedade Custódio Maldonado de Freitas (farmacêutico, natural das Caldas da Rainha) e José Maria Chaves Costa (comerciante e natural da Vieira), titulares de uma quota de 40 000\$00 e outra de 10 000\$00, respectivamente. A este propósito saliente-se que, pela primeira vez, e através destas duas quotas, entra para a ELUTF capital não proveniente do ramo industrial, em que esta empresa teve origem.

Não havendo grandes alterações no que respeita aos objectivos, duração e designação da empresa, há, no entanto, dois novos dados a considerar nesta escritura. Primeiro: 10% dos lucros líquidos anuais da empresa foram atribuídos à *depreciação do maquinismo*, apenas os restantes lucros, depois de descontado os 5% para o fundo de reserva legal, seriam distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas<sup>28</sup>. O segundo, prende-se com a nova gestão da empresa. Se, até aqui, os quatro sócios desempenhavam, igualmente, os cargos de “gerente efectivo” e “director técnico”, doravante a sociedade será dirigida por duas gerências (uma administrativa e outra industrial) e um conselho fiscal. A Gerência Administrativa caberia a Raul Tomé Fêiteira e a Custódio Maldonado de Freitas, a Gerência Industrial e o Conselho Fiscal seria representada pelos três irmãos Fêiteira (Francisco, Albano e João), juntando-se a este último, o novo sócio, José Maria Chaves Costa.

O “direito de preferência” em caso de algum dos sócios pretender ceder a sua quota, e a que anteriormente fizemos menção, foi exercido pela sociedade ainda neste mesmo ano quando, no dia 28 de Julho, Raul Tomé Fêiteira se desligou da sociedade. A ela retornou (com uma quota de 40 000\$00), em 1926, quando a empresa elevou para 520 000\$00 o seu capital social<sup>29</sup>. Porém, a sua nova permanência na sociedade não foi além de uns escassos 5 anos.

---

<sup>28</sup> Atente-se no facto de o ano da realização desta escritura coincidir com a instalação das máquinas a que, no ponto seguinte, faremos referência.

<sup>29</sup> Note-se que ainda em 1921 (por escritura pública lavrada a 28 de Outubro) a empresa aumentou o seu capital social para 480 000\$00, tendo então admitido dois novos sócios, António Luiz Pedrosa Júnior e Luiz Ribeiro.

Em 7 de Abril de 1931, cede a sua quota e a sua posição na empresa ao irmão mais novo, Lúcio Tomé Fèiteira (1902-2000) que, desta forma, se estreou na sociedade onde permaneceu até 1941. A partir deste último ano, a sociedade será representada apenas pelos dois irmãos Fèiteira (João e Albano) e por António Luís Pedrosa Júnior. À sociedade cabiam 2 quotas no valor de 127 500\$00, a Albano Tomé Fèiteira uma quota de 161 250\$00, a João Tomé Fèiteira cabiam 2 quotas no valor de 201 250\$00 e ao sogro do primeiro, António Luís, uma quota no valor de 30 000\$00. Este último, no ano seguinte, 1942, também abandonará a sociedade ao ceder a sua quota ao seu genro, Albano Tomé Fèiteira.

Definitivamente, e até ao *terminus* do nosso estudo, esta sociedade não conhecerá mais nenhum sócio. Sofrerá, isso sim, e logo no ano seguinte, um aumento substancial do seu capital social.

Por escritura pública, lavrada no dia 4 de Outubro de 1943, os dois irmãos Fèiteira, Albano e João, reforçam o capital social da ELUTF em 4 480 000\$00, ficando assim o mesmo elevado a 5 000 000\$00. Pela redacção do art.º 3.º desta escritura a quota de cada um dos sócios ascendia, agora, a 2 500 000\$00<sup>30</sup>. A partir desta data, os dois irmãos, que permanecem na empresa desde a sua fundação, estão em situação de igualdade. Repartem entre si, não só a totalidade do capital social, mas também as responsabilidades dentro da ELUTF. Albano, considerado um grande administrador, com grande capacidade técnica que “acompanhou a

---

Atente-se no facto de estes dois novos elementos não serem de todo estranhos à família Tomé Fèiteira. O primeiro era pai da esposa de Albano Tomé Fèiteira e sogro do referido Luiz Ribeiro (cf. o estudo cit., *supra* nota 16, pp. 226).

<sup>30</sup> Cf. notário Adolfo Laborinho Cardoso, Marinha Grande, *Livro de Notas*, n.º 67, fls. 4 v.º. Cf, igualmente, *Diário do Governo*, III série, n.º 15, 19 de Janeiro de 1944, p. 127.

indústria desde que nasceu”<sup>31</sup>, assumiu a Gerência Comercial da sociedade. João, considerado por todos como o “mago do laboratório fabril”<sup>32</sup>, desempenhou o cargo de Gerente Técnico.

Pelo conteúdo e número de escrituras (num total de 13) que, sucessivamente, nos deram conta das diferentes alterações ao primitivo pacto social (realizado em 1919), quer em termos de capital quer até mesmo de admissão de novos sócios, facilmente concluímos que estas três primeiras décadas (Vinte, Trinta e Quarenta) foram fundamentais para o crescimento e desenvolvimento da ELUTF. Mais, o enorme aumento do capital social de início dos anos Quarenta (que de 520 000\$00 passa a 5 000 000\$00) reflecte, em nosso entender, a maturidade que esta empresa então atingiu e que é visível não só no imenso parque tecnológico que então dispõe, mas também na importante capacidade de gestão e negociação que esta família possuía e que, em 1956, faz questão de celebrar.

### 3. TECNOLOGIA E CAPACIDADE PRODUTIVA

Para auscultar o ritmo de crescimento industrial, ou melhor, o ritmo de crescimento desta empresa é, obviamente, necessário atender ao parque tecnológico que possui, bem como à força motriz que aí se emprega.

Ora, os primórdios da mecanização da ELUTF, como já deixamos antever, remontam aos finais da I Guerra Mundial, época que, de um modo geral, foi favorável ao desenvolvimento industrial, em Portugal, se bem que “artificial e de curta duração” como sublinhou Amado Mendes<sup>33</sup>. Todavia, foi este impulso de crescente procura e de fraca concorrência que os

---

<sup>31</sup> *O I Centenário da Empresa de Limas União Tomás Fêreira, L.da.*, (Opúsculo), Lisboa, Bertrand, [1956], p. 12.

<sup>32</sup> *Ibidem*.

<sup>33</sup> Note-se que, este autor, também considera que a guerra resultou num condicionalismo favorável ao desenvolvimento industrial na área de Coimbra (J. M. Amado Mendes, *A Área Económica de Coimbra*.

irmãos Tomé Fêteira souberam aproveitar para iniciar a revolução industrial no sector das limas.

As primeiras máquinas foram adquiridas ao industrial portuense Manuel A. de Faria Vilaça, proprietário da *Empresa Industrial de Limas*, que não havia conseguido “firmar-se”, e instaladas na ELUTF no ano de 1921<sup>34</sup>. Recorde-se que, e como já antes referimos, foi neste mesmo ano (em 13 de Abril) que foram admitidos dois novos sócios e elevado o capital social da empresa para 400 000\$00. Esta, iniciou a sua actividade como estabelecimento de 3.<sup>a</sup> classe (como considerava a tabela anexa ao Decreto de 21 de Outubro de 1863), com alvará de licença n.º 18, passado pela Câmara Municipal da Marinha Grande, em 14 de Fevereiro de 1922. Em 31 de Dezembro do mesmo ano, encontra-se já em vigor a patente “n.º 50, para fabricação mecânica de limas à União Tomé Fêteira de Vieira de Leiria”, conforme se pode ler no *Boletim do Trabalho Industrial* (n.º 126, 1924, p. 74), no título: “Fiscalização das patentes de introdução de novas industrias e de novos processos industriais”.

Porém, e como já demonstramos num estudo anterior, foi só a partir de 1929 que a ELUTF atingiu a maioria. A partir desta data, com alvará de Estabelecimento de 2.<sup>a</sup> classe (de acordo com o art.º 51 do Decreto n.º 8364, de 25 de Agosto de 1922, Regulamento dos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos), e beneficiando da tão almejada protecção que o Governo da Dtdura (iniciado em 1926) então lhe havia concedido, contava um total de 94 “maquinismos” já instalados<sup>35</sup>. Destes, um era uma Semi-fixa a vapor

---

*Estrutura e Desenvolvimento Industrial, 1867-1927*, Coimbra, CCRC, 1984, p. 311). O mesmo salienta Maria Filomena Mónica para o sector vidreiro, na Marinha Grande. Concretamente, esta última afirma: “Ao afectar os principais concorrentes estrangeiros, a primeira guerra mundial proporcionou à indústria vidreira condições particularmente propícias à expansão” (Maria Filomena Mónica, “Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande”, *Análise Social*, 2.<sup>a</sup> série, vol. XVII (67-68-69), 1981 (3.º-4.º-5.º), pp. 527).

<sup>34</sup> Cf. J. Martins Vieira, “A indústria de limas em Portugal”, *Indústria Portuguesa*, 3.º ano, n.º 30, Agosto de 1930, p. 55. Sobre as razões do insucesso desta empresa veja-se o trabalho já cit., *supra* nota 16, p. 240, nota 75.

<sup>35</sup> Veja-se o estudo cit. *supra*, pp. 228-229.

de 60 CV. e uma caldeira a vapor de 9 quilos de pressão, conforme podemos observar no Anexo 2. Ainda neste ano (1929-1930), na Exposição Ibero-Americana, realizada em Sevilha, ganhará a medalha de ouro pela excelência no fabrico das suas limas e grosas.

Durante a década de Trinta, e embora não se tenham registado alterações ao capital social da empresa (o mesmo é então de 520 000\$00), registamos duas autorizações para a instalação de novos maquinismos. A primeira, por Despacho de 2 de Junho de 1933, respeitante a 30 máquinas de picar limas e 1 locomóvel de 35 H.P., concedida ao abrigo do Decreto 19 354 do condicionamento das indústrias<sup>36</sup>. A segunda autorização, respeitante a 1 martelo pilão e mais 5 máquinas de picar limas, foi já concedida ao abrigo da nova lei do condicionamento das indústrias (Lei n.º 1 956), Decreto n.º 27 994, por Despacho de 12 de Abril de 1938<sup>37</sup>.

Também as próprias instalações da empresa irão sofrer alterações nesta década. Manifestamente insuficientes para o número de máquinas que abriga, logo em 3 de Março de 1933 solicita, ao abrigo do já citado Decreto n.º 19 354 do condicionamento industrial, autorização para “ampliar a sua fábrica com mais um pavilhão de 100 metros de comprimento por 8 metros de largura”<sup>38</sup>, o que lhe será concedido por Despacho ministerial de 2 de Junho do mesmo ano<sup>39</sup>. Ainda neste contexto de alargamento espacial, foi pedida a inclusão da

---

<sup>36</sup> Este Decreto, que institui formalmente o condicionamento das indústrias, obriga ao requerimento de autorização governamental, entre outras, às “seguintes operações: instalação de novos estabelecimentos industriais ou a reabertura dos que tiverem estado encerrados por período superior a dois anos, a montagem ou substituição de maquinistas desde que aumentem a capacidade de produção instalada [...]” (Cf. José Maria Brandão de Brito, *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial*, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1989, p. 116).

<sup>37</sup> Esta nova Lei vem burocratizar ainda mais o processo de condicionamento prescrito pela legislação anterior. Na opinião de J. M. Brandão de Brito, por esta introduziram-se “alguns refinamentos formais, procurou reforçar os laços existentes entre o condicionamento e a ordem corporativa, acentuou o seu carácter permanente e estrutural e esforçou-se por demonstrar a sua adequação à política económica do Estado Novo” (J. M. Brandão de Brito, “Condicionamento Industrial”, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, dir. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Círculo de Leitores, 1996, p.185). Sobre este novo enquadramento do condicionamento industrial, veja-se ainda *op. cit., supra*, pp. 189-195.

<sup>38</sup> Esta autorização para ampliação da fábrica foi requerida ao mesmo tempo que os maquinismos anteriormente referidos. Cf. 2.ª Circunscrição Industrial, *Resumo do Processo III P. T. 13 978*, P.º n.º 2/626, fl. 40.

<sup>39</sup> *Idem*, fl. 47.

“indústria de serração mecânica de madeira anexa a esta fábrica para seu exclusivo uso” em 25 de Julho do mesmo ano<sup>40</sup>.

Naquela mesma data (1933), e enquanto na sede do concelho (Marinha Grande) a indústria vidreira se debate com uma grave crise que culminará no 18 de Janeiro de 1934<sup>41</sup>, pelo contrário, a situação desta empresa é deveras auspiciosa. Se não, atente-se no parecer que o engenheiro adjunto da 3.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial (Lisboa) apresenta ao Engenheiro Chefe da mesma Circunscrição após uma visita efectuada à ELUTF em 31 de Março de 1933: “Essa fábrica tem 42 máquinas de picar [...], produzindo 120 limas em média [cada uma]. Tem em média 400 operários e apesar de estarem a trabalhar em cheio, só pode satisfazer encomendas feitas em Dezembro p.p.”<sup>42</sup>. Mais se acrescenta, no mesmo documento, que só para satisfazer as encomendas do Brasil (um total de 23045 dúzias de limas, correspondentes às encomendas dos meses de Novembro a Março de 1932-1933 ) “com o número de máquinas que dispõe precisa essa empresa mais de 2 meses de trabalho”. A média de vendas anual para o Brasil rondaria, então, as 15000 dúzias e para a Espanha (Galiza), garantia-se a venda anual de 2000 dúzias. O mesmo engenheiro adjunto, neste mesmo parecer, refere ainda que, neste cômputo, não inclui os mercados do norte brasileiro, das colónias e mesmo da Inglaterra, pelo que o pedido de 30 máquinas (autorizadas pelo Despacho de 2 de Junho de 1933, como acima referimos) é ainda insuficiente, uma vez que a produção “com tal ferramental” ascenderá a 8500 limas por dia, 16000 dúzias por mês, e só o Brasil-Sul necessitava dos já referidos 15000.

---

<sup>40</sup> *Ibidem*, fl. 50.

<sup>41</sup> De entre os vários autores que trataram esta temática veja-se, por exemplo, Maria Filomena Mónica, *op. cit.*, *supra* nota 33, pp. 553-559.

<sup>42</sup> Cf. 2.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial, *Resumo do Processo ...*, fl. 44.

A toda esta dinâmica empresarial não será, porventura, alheia a entrada na Sociedade, em 1931, de Lúcio, o mais novo dos irmãos Tomé Fêteira<sup>43</sup>. Foi, através deste que, pela primeira vez, o capital bancário financiou as limas, mais propriamente, através da Casa Cupertino de Miranda. Dificilmente conseguiremos dados que possam determinar o tempo que durou esta ligação bem como o volume total do financiamento. No estado actual desta investigação apenas possuímos informações exactas sobre os primeiros passos desta relação. Tal, surge em carta datada de 14 de Agosto de 1932, e dirigida à “Cupertino de Miranda e C.<sup>a</sup>, Rua Sá da Bandeira – Porto”. Aí, pode ler-se: “Recebemos o V/ prezado favor de 10 do corrente, confirmando o que verbalmente ficará assente entre o V/ Il.mo. Sr. Bordallo, e os nossos sócios Srs. Albano, João e Lúcio Tomé Fêteira, sobre a modalidade do V/ apreciado financiamento à nossa empresa [...]”. Sobre o crédito então concedido, seriam passadas “3 letras de 300 000\$00, sem data de vencimento e para serem utilizadas à medida que fosse necessário garantir os nossos levantamentos”<sup>44</sup>. Recorde-se que, até aqui, o capital alheio à indústria apenas havia entrado na empresa em 1921, com a entrada de Custódio Maldonado de Freitas e José Maria Chaves Costa (titulares de uma quota de 40 000\$00 e outra de 10 000\$00, respectivamente). O segundo permaneceu 12 anos na empresa (sempre com uma quota minoritária) e o primeiro apenas 3 anos.

Ainda durante esta mesma década, que temos vindo a tratar, saliente-se a arrematação feita por Lúcio Tomé Fêteira do maquinismo que havia pertencido à *Sociedade Portuguesa de*

---

<sup>43</sup> Este, apenas permaneceu 10 anos na sociedade. Em escritura realizada a 18 de Janeiro de 1941, Lúcio Tomé Fêteira abandona a sociedade. Recordamos que nesta data, a sociedade é composta por Albano Tomé Fêteira, João Tomé Fêteira e António Luiz Pedrosa Júnior (cf. notário Adolfo Laborinho Cardoso, Marinha Grande, *Livro de Notas* n.º 2-C, fl. 27).

<sup>44</sup> *Copiador de Cartas*, “Privativo da Gerência, fl. 1 (Espólio de Albano Pedrosa Tomé Fêteira). Fernando Rosas, no seu trabalho *O Estado Novo nos Anos Trinta. 1928-1938*, (2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, ed. Estampa, p. 219) associa, igualmente, a família Fêteira ao grupo Cupertino de Miranda. Todavia e nas várias conversas informais que mantivemos com Albano Pedrosa Tomé Fêteira (filho de Albano Tomé Fêteira), esta ligação apenas durou enquanto o seu tio Lúcio permaneceu na ELUTF.

*Limas Lda.*, instalada na Avenida Gomes Pereira, n.º 105, em Benfica (Lisboa), e que, em 1936, havia aberto falência<sup>45</sup>.

**Quadro I**  
SITUAÇÃO DA EMPRESA EM JULHO DE 1940

Energia		Maquinismo		Produção em 8 horas de trabalho	Destino da produção	matéria-prima / proveniência
N.º / Tipo de motores	Potência instalada	N.º	Designação		Aprox. 1/5 para mercado nacional e restante para exportação*	Aço – Suécia, Inglaterra e Estados Unidos
2 / vapor 3 / óleo 1 / gasolina 23 / eléctrico**	135 HP 3 HP 131 <sup>1</sup> / <sub>2</sub> HP	40	máquinas de picar limas	18 000 limas de diversos tipos e tamanhos		

\* Conforme consta da fonte: “Especialmente para o Brasil, Espanha, Itália, Suíça, Suécia, Argentina, Chile, Bolívia, Cuba, México, América do Norte, Peru, Índias Holandesas, Índias Inglesas, Palestina, Egipto, Tunísia, Malta, Marrocos, Bélgica, Dinamarca, etc.”

\*\* Electricidade fornecida pela Hidro Eléctrica do Alto Alentejo.

**Fonte:** 2.ª Circunscrição Industrial, *Resumo do Processo III P. T. 13 978*, P.º n.º 2/626, fls. 121-122.

Durante a década de Quarenta e face aos dados apresentadas nos Quadros I e II, facilmente concluímos que, mais uma vez, a guerra beneficiou o desenvolvimento da ELUTF, pese embora as dificuldades na obtenção da matéria-prima que então se fizeram sentir. A esse propósito, Albano Pedrosa Tomé Fêiteira (gerente da empresa nos anos de 1980) salienta que, nessa época, se adquiriu sucata do ramo automóvel para aproveitamento do respectivo aço. Pensamos não errar ao afirmar que foi este facto que esteve na origem do pedido de autorização, feito em 1942, para instalação de um forno eléctrico de arco para fundição de sucata e um trem de laminagem.

<sup>45</sup> Cf. 2.ª Circunscrição Industrial, *Resumo do Processo...*, fls. 74 e 75. O maquinismo aqui referido é aquele que consta da segunda autorização concedida (1 martelo pilão e 5 máquinas de picar limas), e a que anteriormente fizemos referência.

Atente-se ainda que, em 1940, a ELUTF dispunha já de 3 indústrias acessórias: uma de Serração de Madeiras, outra de Carpintaria e uma terceira de Cartonagem necessárias ao acondicionamento e embalagem das limas.

**Quadro II**  
SITUAÇÃO DA EMPRESA EM JUNHO DE 1945

Energia		Maquinismo		Produção em 8 horas de trabalho	Destino da produção	matéria-prima / proveniência
N.º / Tipo de motores	Potência instalada	N.º	Designação	25 000 limas de diversos tipos e tamanhos	Portugal e estrangeiro	Aço – Suécia, Inglaterra e Estados Unidos  Chumbo de Espanha
3 / óleo	55 CV	92	máquinas de picar limas			
	20 CV	5	máquinas de afiar			
	60 CV	30	máquinas de forjar			
1 / gasolina	3 CV	74	máquinas de esmerilar			
? / Eléctrico	174 CV	4	guilhotinas			
		1	plaina			
		2	tornos mecânicos			
		2	limadores			
		2	engenhos de furar			
		1	serrote mecânico			
		6	máquinas de cartonagem			
		1	máquina de serrar			
		1	máquina de arquear			

**Fonte:** 2.ª Circunscrição Industrial, *Resumo do Processo III P. T. 13 978*, P.º n.º 2/626, fls. 121-122.

Negada aquela autorização a 15 de Junho de 1942, os dirigentes da ELUTF não desistiram de tal pedido. Três anos depois da realização de um novo pacto social (em 1943, e a que oportunamente aludimos), que havia colocado a ELUTF unicamente nas mãos dos dois irmãos Fêteira (Albano e João), tal pretensão foi concedida. Por Despacho de 22 de Agosto de 1946, “de S. Ex.<sup>a</sup> o Sub-Secretário de Estado do Comércio e Indústria, foi essa firma autorizada a instalar na sua fábrica de limas [...] um forno eléctrico de arco para fabricação de

ação especial, com a capacidade de 600 Kg de aço em fusão, 6 malhos pilões e 1 máquina laminadora, composta de 2 trens triplos e 1 trem duplo”<sup>46</sup>.

Embora aquele maquinismo não tenha sido montado de imediato e o seu prazo tenha sido prorrogado por 24 meses, através de um novo Despacho, datado de 14 de Junho de 1949, tal facto não obistou a que a ELUTF prosseguisse o seu crescimento atingindo então, o estatuto de Estabelecimento de 1.<sup>a</sup> Classe<sup>47</sup>. Conforme podemos ver no Quadro III, em Novembro de 1951, a capacidade técnica ultrapassava já aquela que exemplificamos no Quadro II. O número de máquinas era já de 318 e a potência instalada de 337 CV. (contra os 312 CV. de 1945).

Ao atingir tão grande capacidade tecnológica não admira que, logo no dia 28 de Novembro do mesmo ano (1951), a ELUTF solicite à 2.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial a forma como deve proceder para ampliar as suas instalações com a construção de mais dois pavilhões “destinados às n/ secções de picagem e esmerilagem”<sup>48</sup>.

Segundo a memória descritiva enviada em Julho de 1952, àquela Circunscrição, do projecto daquelas novas instalações os dois hangares “afastados entre si 4,80 m, com a área de 1. 701 m<sup>2</sup> cada, que se destinam à instalação de máquinas. No espaço entre os dois foram instalados: um escritório do fabrico; uma secção de banho das limas; dois grupos de instalações sanitárias para homens [...], e ao centro um grupo de instalações sanitárias para

---

<sup>46</sup> Cf. 2.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial, *Resumo do Processo...*, fl. 134. Nesta mesma folha existe uma chamada de atenção para o facto de esta autorização ser transferida, anos mais tarde, apenas para João Tomé Fêiteira, quando este iniciou a montagem da Fábrica de Aços, junto da ELUTF.

<sup>47</sup> Curiosamente, esta alteração para Estabelecimento de 1.<sup>a</sup> classe coincide com a mudança da empresa da 3.<sup>a</sup> (Lisboa), para a 2.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial (Coimbra).

<sup>48</sup> 2.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial, *Resumo do Processo ...*, fl. 178. A 7 de Janeiro de 1952, o Engenheiro Chefe da Circunscrição respondeu a esta pretensão escrevendo: “Deverá ser requerida a aprovação do novo ciclo fabril, remetendo a esta Circunscrição Industrial o projecto da nova ampliação” (*Idem*, fl. 180).

mulheres [...]. Para iluminação e ventilação destas instalações, foram criados quatro pátios de luz, com a área de 21, 12 m<sup>2</sup>,<sup>49</sup>.

Em resposta a um inquérito, proveniente da 2.<sup>a</sup> Circunscrição e datado de 19 de Fevereiro de 1953, a realidade exposta no Quadro III é novamente ultrapassada. Nesta data, a empresa é composta por 11 pavilhões, tem uma potência instalada de 135 CV., fornecida por 3 motores a óleo e de 357 CV, produzidos por 45 motores eléctricos, cuja energia passou a ser fornecida pela *Sociedade Eléctrica do Oeste, Lda. “SEOL”*. A matéria-prima – o aço – já não provinha apenas do estrangeiro (à data, de Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos e Suécia), mas também de Vieira de Leiria, da Fábrica de Aços que João Tomé Feteira, entretanto, fundara. A capacidade de produção da fábrica ascendia, agora, a uma média anual de 4 500 000 limas e grosas cujo destino, sua maior parte (cerca de 80%), eram aos mercados estrangeiros ( Mapa - Anexo 3)<sup>50</sup>.

Este alargamento da capacidade produtiva da empresa, em que se inclui o constante aumento não só do parque tecnológico, mas também dos próprios mercados de escoamento não foi, obviamente, obra do acaso. Como a seguir verificaremos, todo este sucesso foi fruto da dinâmica empresarial de uma família, receptiva à inovação e que, à apetência para os negócios, soube juntar uma forte capacidade negocial junto das mais altas instâncias governamentais de então<sup>51</sup>.

---

<sup>49</sup> *Idem*, fl. 192.

<sup>50</sup> *Ibidem*, fls. 200 e 201.

<sup>51</sup> Sobre a “inovação”, veja-se o interessante trabalho de J. M. Amado Mendes, “Sucesso e Inovação no Mundo Empresarial. Perspectiva Histórica”, *Gestão e Desenvolvimento*, 4 (1995), pp. 41-57.

**Quadro III**  
**MÁQUINAS INSTALADAS E DEVIDAMENTE LEGALIZADAS**  
**EM 13 DE NOVEMBRO DE 1951<sup>52</sup>**

N.º	Designação	N.º	Designação
113	Máquinas de picar limas e grosas	6	Máquinas de afiar cinzéis
1	Mó de esmeril	9	Máquinas de marcar limas (manuais)
1	Máquina de cortar pontas (manual)	3	Tornos mecânicos
20	Raspadeiras (manuais)	2	Limadores mecânicos
2	Serrotes mecânicos	2	Máquinas de cortar pontas mecânicas
2	Máquinas de furar	1	Balancé manual
28	Esmeris simples	22	Esmeris duplos
3	Máquinas de aplainar	4	Máquinas esmeriladoras mecânicas
1	Máquina de traçar limas (manual)	2	Máquinas de traçar limas mecânicas
32	Malhos pilões	2	Saca – bocados
5	Fornalhas	6	Fornos de têmpera
1	Forja de fole	1	Serra de fita para madeira
2	Estufas	6	Insoufladores
2	Caldeiras de vapor, 12Kg/cm2	39	Motores eléctricos

**Fonte:** 2.ª Circunscrição Industrial, *Resumo do Processo III P. T. 13 978*, P.º n.º 2/626, fl. 177 v.º.

## 4. RECURSOS HUMANOS

### 4.1 A Dinastia Tomé Fêteira

Para a comunidade local, o segredo do sucesso alcançado pela família Tomé Fêteira andaria ligado à posse de um afamado segredo que o “Tomé das limas” (Joaquim Tomé

<sup>52</sup> O título deste quadro reproduz na íntegra aquele que encontramos na fonte. Saliente-se que o Agente Fiscal de 1.ª classe que, em 8 de Agosto daquele ano, havia fiscalizado a ELUTF, remeteu um Despacho para a 2.ª Circunscrição Industrial (Coimbra), onde se pode ler: “Verifica-se [...] que existem, pelo menos, 70 máquinas de produção (máquinas de picar limas) que carecem de autorização nos termos da legislação sobre C. I. Pelo que, segundo a letra do Decreto n.º 36 945, deveriam ser seladas e aplicada a respectiva multa”. Todavia, este mesmo fiscal, acrescenta que se tal vier a acontecer o resultado seria a “paralisação de cerca de 2/3 da actividade da fábrica e a consequente falta de trabalho para cerca de 400 operários” (Cf. 2.ª Circunscrição Industrial, *Resumo do Processo III P. T. 13 978*, P.º n.º 2/626, fl. 175. Curiosamente, esta cópia surge anexa a um auto de selagem de “um forno para fabrico de abrasivos [e uma] máquina para rectificar abrasivos, que ali se encontravam em montagem sem que para isso fosse superiormente autorizada” (*Idem*, fl. 174). Atente-se ainda no facto que já em 1941, a fiscalização havia detectado um grande conjunto de máquinas instaladas e não autorizadas. (Cf. Maria Alice Pinto Guimarães, *op. cit.*, *supra nota 16*, p. 232).

Fêteira) possuía sobre a arte da têmpera, o que lhe permitiria fabricar limas de qualidade superior.

Qual mago, envolto em alquimia, a lenda apoderou-se desta personagem, fazendo-o passar à História como um homem que, apenas possuindo estudos elementares, “era no entanto um admirável espírito de intuição e de doutrina, sendo o objecto da sua meditação constante as ciências da natureza”<sup>53</sup>. Na opinião de Ilídio de Carvalho, Joaquim Tomé Fêteira dissertava sobre medicina, filosofia, direito e teologia, “terreno onde confundia advogados e padres com a lógica de ferro da sua arguta e por vezes irresponsável argumentação”<sup>54</sup>.

Todavia, e pese embora o tom laudatório que surge em toda a literatura que lemos acerca daquele personagem, a explicação para o sucesso que, desde o último quartel do século XIX, andava associado a esta família ficou, sem dúvida, a dever-se “à proficiência, à habilidade manual, ao *savoir faire* e sobretudo ao temperamento artístico e inventivo de Joaquim Tomé Fêteira”<sup>55</sup>.

Na realidade, o grande incremento que a indústria limeira sofreu, a partir daquela época, é bem elucidativo da capacidade técnica, de gestão e de empreendimento que este homem possuía e que soube transmitir aos seus filhos. Autêntico *self-made man*, conquistou importantes mercados externos, como foi o caso do brasileiro e do espanhol, bem como o reconhecimento público pela obtenção de uma “Medalha de Prata na Exposição da Sociedade de Geografia de Lisboa”, em 1915 e de uma “Medalha de Ouro na Exposição Agrícola de Leiria”, em 1916<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> V. Guerra Pedroza, “Joaquim Tomé Fêteira”, *A Foz do Liz*, Ano I, n.º 8, 14 de Setembro de 1922, p. 1.

<sup>54</sup> Ilídio de Carvalho, *A Foz do Liz*, Ano I, n.º 8, 14 de Setembro de 1922, p. 2.

<sup>55</sup> *Idem*.

<sup>56</sup> Publicidade inserida em *A Foz do Liz*, periódico cit. *supra*. Segundo um periodista de a *Ilustração Portuguesa* (n.º 343, 16 de Setembro de 1912, p. 366), era desta casa que saíam “todos os anos dezenas de milhares de limas para o país, Brasil e Espanha”.

Aquando do falecimento deste capitão da indústria, em 1918, coube a quatro (mais tarde cinco) dos seus 12 filhos, dar continuidade à tradição familiar tal como, logo no início deste trabalho, afirmamos. A carecer ainda de estudos de âmbito biográfico e prosopográfico, a geração dos Tomés Fêteiras fez parte, no século XX, das elites económicas, político-administrativas e culturais do concelho da Marinha Grande<sup>57</sup>.

Como sublinhou Francisco Tomé Fêteira, “quase todos os filhos de Joaquim Tomé Fêteira deram valiosa colaboração ao engrandecimento industrial da herança paterna. Porém, os que mais se distinguiram no seu contributo foram Albano e João. A eles, se deve, pois, principalmente [*sic*], o merecido prestígio internacional de que gozam as limas portuguesas”<sup>58</sup>. Conquanto sejam estes dois os grandes gestores da ELUTF, não podemos esquecer que também Raul, o próprio Francisco e Lúcio, nas décadas de Vinte e Trinta, deram o seu contributo para o sucesso daquela que, por meados do século XX, foi considerada a segunda maior empresa ao nível mundial, no sector das limas.

A crer no redactor do Opúsculo, elaborado propositadamente para celebrar o *I Centenário da Empresa de Limas União Tomé Fêteira, L.da.*, Raul, o filho mais velho<sup>59</sup>, foi o herdeiro directo do pai, tendo sido “através dele que se transmitiu aos irmãos mais novos a

---

<sup>57</sup> Sobre as elites locais da Marinha Grande veja-se a obra de J. M. Amado Mendes, *História da Marinha Grande. Introdução e Perspectivas*, Câmara Municipal da Marinha Grande, 19993, pp. 156-167.

<sup>58</sup> Francisco Tomé Fêteira, *Na Senda do Passado. Evocações e Contos*, Lisboa, Editorial Império, Lda., 1968, p. 118

<sup>59</sup> De facto, e como se pode comprovar pelo Anexo I, Raul não era o filho mais velho de Joaquim Tomé Fêteira. O mais velho era Joaquim Tomé de Carvalho (1880-1922) que cedo imigrara para a América do Sul e nunca mais dera sinal de vida. A família, não sabendo como encontra-lo, recorreu aos serviços do investigador brasileiro Albino Leonardo da Silva. Este, em carta proveniente do Pará (Brasil), e datada de 30 de Março de 1932, informa a família do seu falecimento. Mais, informa, que na sua sepultura (no Pará) fora erguido, por um grupo de amigos, um mausoléu de madeira com a seguinte inscrição: “Aqui repousam os restos mortaes do comunista libertario Joaquim Tomé de Carvalho. Fallecido em 17 de Junho de 1922. Passou uma vida amargurado por trabalhar em prol desta humanidade sofredora – o proletariado (faleceu com 42 anos)”. *Carta* existente no espólio de Albano Pedrosa Tomé Fêteira.

incomparável técnica oficial”<sup>60</sup>. “Industrial técnico de limas, serras e ferramentas de aço”<sup>61</sup>, que foi como o qualificou um jornalista de *A Pátria*, apenas permaneceu na ELUTF durante dois curtos períodos de tempo. O primeiro, nos anos de 1919 a 1921 e o segundo, de 1926 a 1931. Entre estes dois períodos, embora a sua actividade continuasse ligada ao ramo das limas tendo, inclusivamente, fundado a *Empresa Nacional de Limas, Raul Tomé Fêteira & C.<sup>a</sup>*, (em 1923 viajaria por toda a Galiza promovendo as suas limas)<sup>62</sup>, evidenciou apetência para outras áreas, nomeadamente o periodismo local. Em 1922 fundou o semanário a *Foz do Liz* e em 1930, já depois do desaparecimento deste último, viria a fundar, ainda que por um curto período de tempo, *A Voz do Oeste*. À data das comemorações do centenário sabemos-lo já *Comendador*, a viver na Guia (Pombal), “afastado do ruído das oficinas em que foi mestre [...], que trocou pelo silêncio da sua Tebaida da Guia onde se entrega a uma vida de filósofo e de benemérito”<sup>63</sup>.

Francisco Tomé Fêteira (1886 - ?) o intelectual da família, e autodidacta, quando contava apenas 13 anos de idade “embrenhou-se na vida difícil dos serradores da Galiza, conhecendo logo as arrelias dos que querem triunfar pelo seu próprio braço”<sup>64</sup>. Anos mais tarde, emigrou para a Argentina e para o Brasil, onde se tornou empresário no sector da metalurgia e curiosamente, também no da exibição cinematográfica. De regresso a Portugal, foi sócio fundador da ELUTF onde permaneceu até 1931. Considerado a “alma da mecanização da fábrica”, mesmo não possuindo um curso superior “o seu talento de mecânico fez dele um

---

<sup>60</sup> *O I Centenário da Empresa de Limas União Tomé Fêteira, L.da.*, (Opúsculo cit.), p. 12.

<sup>61</sup> “Vieira de Leiria”, *A Foz do Liz*, ano II, n.º 29, 5 de Novembro de 1923, p. 1.

<sup>62</sup> Em *A Foz do Liz* (ano I, n.º 19, 5 de Maio de 1923, p. 1) pode ler-se: “Por carta datada de 23 de Abril e remetida de La Coruña – Espanha, sabemos que o nosso prezado director [...] já esteve em Vigo e Coruña, seguirá para Monforte, Lugo e Orense [...]. Feliz viagem e muito negócio de limas, é o que lhe desejamos”.

<sup>63</sup> Cf. “Vieira de Leiria. A Grande Empresa de Limas...”, *O Mensageiro*, n.º 2 017, 4 de Agosto de 1956, p. 1.

<sup>64</sup> Cf. Fernando R. Amaral, “Um livro para reflectir: «O mundo é bem pequeno», por Francisco Tomé Fêteira”, *O Mensageiro*, n.º 1 943, 5 de Março de 1955, p. 1.

autêntico engenheiro”<sup>65</sup>. A sua habilidade manual tê-lo-á levado à construção e invenção de máquinas necessárias ao seu *metier*. Todavia, seria a literatura que o ocupariam nos anos subsequentes. O seu primeiro registo literário surgiu em 1954 com o livro intitulado *O mundo é bem pequeno. Roteiro duma vida* (Lisboa, Tipografia Editora Império). Seguir-se-ia, em 1962, *À luz da minha candeia. Contos* (Lisboa, Editorial Império, Lda.) e, em 1968, *Na senda do passado, Evocações e contos* (Lisboa, ed. Autor). Sublinhe-se que todas estas obras são de carácter autobiográfico.

A viver no Brasil, à data das comemorações do Centenário, não foi no entanto esquecido pela família que, no final das mesmas, enviaram “um expressivo telegrama ao seu irmão”<sup>66</sup>.

Acompanhando “a indústria desde que nasceu” e acrescentaríamos, o seu mais fiel representante, Albano Tomé Fêteira é aquele sobre quem menos se escreveu até aos dias de hoje. Qualificado como “grande técnico e grande administrador”<sup>67</sup>, além da grande competência que evidenciou na gestão da empresa demonstrou, desde sempre, grande empenhamento político ao participar no governo local (foi vereador da Câmara Municipal da Marinha Grande) durante os anos de 1923 a 1960<sup>68</sup>.

Pensamos que foi aquele envolvimento político, do qual também havia participado o seu irmão Raul em 1918 e, mais tarde, em 1935, que lhe daria o traquejo necessário para efectuar as constantes negociações a nível governamental, fundamentais para o desbloqueamento de mercados necessários ao crescimento da empresa. São disso exemplo as cartas enviadas: “ao Ministro das Colónias” em meados de 1934, solicitando “uma protecção pautal que nos

---

<sup>65</sup> Cf. *I Centenário da Empresa de Limas União Tomé Fêteira, L. da*, Opúsculo cit..

<sup>66</sup> Cf. “A Comemoração do 1.º Centenário...”, *Região de Leiria*, jornal cit., p. 1.

<sup>67</sup> *I Centenário da Empresa de Limas União Tomé Fêteira, L. da*, Opúsculo cit..

<sup>68</sup> Cf. J. M. Amado Mendes, *op. cit.*, *supra*, nota 57, pp. 209-215.

defendesse da concorrência estrangeira”<sup>69</sup> e ao “Ministro dos Negócios Estrangeiros”, datada de 7 de Fevereiro de 1936, onde se constata “que se preparam negociações de um Acordo Comercial com a Espanha, [a ELUTF ...], toma a liberdade de respeitosamente lembrar a V. Excelência que aquele país é já hoje um grande mercado para os seus produtos e melhor poderia ser se se conseguisse um favor pautal susceptível de facilitar a entrada dos mesmos produtos [...]”<sup>70</sup>. Ao que sabemos, tais solicitações foram sempre atendidas. Em 1938, por exemplo, em carta endereçada ao Administrador da Caixa Geral de Crédito, a Gerência da ELUTF faz saber que recebeu “encomendas no valor de algumas dezenas de contos [...] para os Caminhos de Ferro do Estado Espanhol”, ao mesmo tempo que se admite que, para Itália do *Ducce* estava “a ser feita acção junto do Governo de Roma”<sup>71</sup>. Ora, “esta acção” teve como resultado um acordo, já em plena 2.<sup>a</sup> guerra (1939), onde era concedido a Portugal “um contingente para limas de 100 000 liras”<sup>72</sup>.

Porém, se a conquista de mercados era fundamental para o crescimento e expansão da ELUTF, a qualidade técnica dos produtos não o era menos. Essa vertente esteve, desde sempre, ligada àquele que foi considerado o “mago do laboratório fabril”, João Tomé Fêiteira. Este homem que foi poeta antes de seguir “a irresistível tradição paterna”, como afirmou o redactor do Opúsculo que temos vindo a citar, foi simultaneamente, técnico, investigador e dirigente fabril. “Sempre modesto e voluntariamente apagado” como sublinhou Alfredo

---

<sup>69</sup> *Copiador de Cartas*, “Carta ao Ministro das Colónias”, fl. 59.

<sup>70</sup> *Idem*, fl. 83.

<sup>71</sup> *Idem*, fl. 101-102.

<sup>72</sup> *Idem*, fl. 121. Foi em carta datada de 9 de Dezembro de 1939, que o Conde de Tovar, “Digníssimo Director Geral dos Negócios Económicos e Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros”, comunicou à ELUTF, o referido acordo.

Gândara, a si se deve a primeira fábrica de aços fundada no país (e cuja história está ainda por fazer), em 1950<sup>73</sup>.

Nas palavras de Lúcio Tomé Fêiteira e a que, aliás, já fizemos referência, foram aqueles dois últimos irmãos quem verdadeiramente “a agigantou [a ELUTF] e deu expansiva realidade ao sonho do seu criador”<sup>74</sup>. Todavia, também este deu importante contributo a esta empresa marcadamente familiar. Durante a década de Trinta em que a conjuntura internacional nada de bom parecia prever (recordamos aqui os efeitos da grave crise económica de 1929, o recrudescimento dos regimes totalitários – de que são exemplo a Alemanha e o nosso próprio país – e a própria guerra civil espanhola), esta empresa “agigantou-se”, conquistou vastos mercados internacionais e beneficiou de algumas injeções de capital a que não foi alheia a relação que este mantinha com a Casa Cupertino de Miranda e a que, anteriormente, fizemos referência.

Fora da empresa foi, porventura este, o benjamim da família, aquele que maior notoriedade alcançou. Em 1938 era director da ELUTF, cônsul do Paraguai em Lisboa, administrador – delegado da Companhia Industrial de Vidros e director da COVINA (Companhia Vidreira Nacional), que tinha ajudado a fundar. Viajante incansável, cosmopolita por natureza e empresário por herança, “desenvolveu actividades no Rio de Janeiro, Buenos

---

<sup>73</sup> Quando João Tomé Fêiteira contava, sensivelmente, 20 anos, publicou um livro de poesia intitulado *Primeiras Rimas* (Cf. Alfredo Gândara, “A morte do Industrial e poeta João Fêiteira”, *Portugal D’Aquém e D’Além Mar*, n.º 133, ano XXXIV, Setembro de 1970, p. 6). Sobre este, no opúsculo então publicado e ao qual temos vindo a fazer referência, pode ainda ler-se : “Agora [1956, recordamos], que está à vista a grande Siderurgia portuguesa, com aproveitamento dos minérios e dos combustíveis nacionais e integrado no Plano de Fomento do Estado, João Fêiteira, ergue-se, a toda a altura, como Precursor” (*op. cit.*, p. 8). Recorde-se que estava então em marcha o 1.º Plano de Fomento (1953-1958) e a instalação da siderurgia era um dos objectivos então enunciados. Os outros objectivos, e pela ordem em que foram enunciados por Manuel Ferreira Rodrigues e J. M. Amado Mendes, eram: “1. Fomento da agricultura; 2. aumento da produção de energia hidráulica; 3. conclusão das indústrias de base já em curso; 4. instalação da siderurgia [já enunciado], 5. desenvolvimento das vias de comunicação e meios de transporte e 6. incentivo à refinação de petróleo, da produção de adubos e da marinha mercante” (autores cit., *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, Associação Industrial Portuense, 1999, p. 329).

<sup>74</sup> Opúsculo cit. *supra*.

Aires, Perú, Bolívia, Venezuela, Nova York, Lisboa, Finlândia, Dinamarca, Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Suíça e Roma”. Aliás, naquela primeira cidade, nos anos Quarenta, fundou a VIDROBRAS (Companhia Vidreira do Brasil), uma das maiores empresas de vidro do Brasil, segundo a opinião de um redactor de o *Mensageiro*<sup>75</sup>. Um ano depois do Centenário da ELUTF, Lúcio Tomé Fêiteira foi condecorado no Brasil com a “Ordem do Cruzeiro do Sul”<sup>76</sup>.

Embora a Família Fêiteira não fosse unicamente constituída pelos elementos a que acabamos de aludir, raramente se encontram referências aos outros 7 irmãos. A explicação para tal reside, e no caso dos elementos do sexo masculino, no facto de Joaquim Tomé de Carvalho (1880-1922), desde muito cedo se ter ausentado para a América do Sul, onde viria a falecer; no caso dos outros dois, Cândido Tomé Fêiteira (1902-1942) gémeo de Lúcio, e Gelmires (1895-1912) igualmente gémeo, desta feita de Albano, o seu falecimento precoce terá determinado estas ausências. No que respeita aos elementos do sexo feminino o seu estatuto profissional definiu-se em função dos casamentos que fizeram. Foi esse o caso de Inácia (1899-1970) que se dedicou ao comércio a retalho com o marido e Júlia (1888-1973) que, igualmente com o marido, se dedicou à hotelaria na povoação vizinha de Monte Real. Da mais nova, Olímpia Tomé Fêiteira, pouco sabemos. Pensamos que deve ter exercido alguma influência junto dos irmãos mais velhos uma vez que o seu nome foi atribuído, pelo seu irmão Raul, a uma cantina escolar na Guia – Pombal. Todavia a mais velha das irmãs, Bernardina Tomé Fêiteira (1884-1959), ousou interromper o ciclo então destinado às mulheres. Fazendo

---

<sup>75</sup> Cf. Jornal cit., n.º 2071, 24 de Agosto de 1957, p. 1. Recorde-se que esta empresa foi incorporada no grupo Saint-Gobain em 1971.

<sup>76</sup> Cf. *O Mensageiro*, n.º 2060, 8 de Junho de 1957, p. 1.

jus ao espírito empresarial da família fundou, a expensas suas, uma empresa de repicagem de limas cuja longevidade foi, no entanto, curta<sup>77</sup>.

Um outro contributo a salientar na direcção da ELUTF foi o de Henrique Feist, o único indivíduo estranho à família que ocupou um cargo de topo, pelo menos até 1956, nesta empresa. Desempenhando o cargo de *Export Manager* desde 1937, foi um dos grandes responsáveis pela expansão e manutenção dos mercados internacionais. Segundo um articulista do jornal *República* era este “o homem que manipula[va] a expansão comercial desta indústria portuguesa no Mundo”<sup>78</sup>.

Embora nem todos os membros da família tenham estado directamente envolvidos na ELUTF, esta pode, sem dúvida, ser considerada uma empresa familiar na óptica em que António Pedroso de Lima descreveu este tipo de empresas. Isto é, “a empresa familiar é sentida e afirmada como um projecto colectivo, no qual quase todos os membros da família estão envolvidos, com um grande investimento pessoal naquilo que é a sua principal fonte de prestígio social”, e acrescenta algo que vai de encontro àquilo que afirmamos no início deste ponto: “Estas constroem-se à volta das «lendas» dos mais destacados elementos da família, dos que fundaram e desenvolveram a empresa”<sup>79</sup>.

---

<sup>77</sup> Estas últimas informações foram colhidas junto de Albano Pedroso Fêiteira numa das várias “conversas” informais que mantivemos.

<sup>78</sup> “Um centenário. Está em festa a indústria nacional – diz-nos o sr. Enrique Feist, director da fábrica de Limas União Tomé Fêiteira”, *República*, 3 de Agosto de 1956, p. 4.

<sup>79</sup> Cf. António Pedroso de Lima, “Sócios e Parentes: Valores familiares e interesses económicos nas grandes empresas familiares portuguesas”, *Etnográfica*, Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE), vol. III, n.º 1, Maio de 1999, p. 92.

## 4.2 O operariado

A crer nos autores locais, o operariado limeiro de Vieira de Leiria teve origem na comunidade piscatória que, desde meados do século XIX, vinda da zona a sul de Aveiro, ali se havia fixado. António Vitorino, um desses autores, é peremptório quando afirma: “Os pescadores têm-se feito limeiros. É fácil explicar a razão: enquanto esta indústria – a das limas – se tem aperfeiçoado e desenvolvido na sede da freguesia, a da pesca com artes da xávega tem vindo a definhar-se”<sup>80</sup>. De carácter sazonal, a pesca que se praticava na praia da Vieira não permitia a sobrevivência da comunidade local. O trabalho assalariado na indústria era, por essa via, a única forma de granjear a vida e de fugir à pobreza que, na primeira metade do século XX, era apanágio dos estratos mais baixos da população portuguesa.

Apesar da proximidade geográfica com a Marinha Grande, onde a greve e as diversas formas de luta dos operários vidreiros se vão fazendo sentir, na Vieira, tal não parece ter-se verificado<sup>81</sup>. Disso nos dá conta uma carta da Gerência da ELUTF, datada de 22 de Novembro de 1933, e dirigida ao Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças, onde se escreve: “nas nossas fábricas ainda não entrou esse vírus tenebroso que tantas perturbações tem trazido à humanidade de hoje e que teve a sua origem na longínqua e desgraçada Rússia”<sup>82</sup>.

---

<sup>80</sup> António Vitorino, *Praia da Vieira. Sua pena e sua glória*, Lisboa, [ed. do autor], 1950, p. 100.

<sup>81</sup> Note-se que foi apenas em 14 de Novembro de 1942, por Despacho do Subsecretário de Estado das Corporações, que foi concedido o alvará para a criação do Sindicato Nacional dos operários metalúrgicos do Distrito de Leiria, com sede na Vieira. Este, iniciou funções em 1 de Março de 1943. Segundo afirma a Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Leiria em nota comemorativa dos seus 50 anos (14/11/1992) “a criação deste sindicato de estrutura corporativa, corresponde por um lado à estratégia seguida a partir do Decreto 23050 de 23/9/1933 que criou os sindicatos nacionais e, por outro lado à necessidade de dar uma resposta controlada às solicitações de uma classe operária metalúrgica que começava a ter alguma dimensão”.

<sup>82</sup> *Copiador de Cartas*, 1932-1940, fl. 36.

Embora as questões de carácter político e ideológico, inerentes à classe operária, escapem a esta breve análise, não podemos deixar de aludir ao facto de a mão de obra vieirense, se apresentar relativamente dócil (no período a que se reporta este estudo, sublinhe-se), o que contribuiu para fazer prosperar esta indústria sem grandes sobressaltos.

Hierarquicamente organizados, os operários limeiros acediam a diversas categorias e classes. Assim, no escalão superior encontrava-se o contramestre e do qual estavam dependentes os encarregados das diferentes secções (a saber: da Picagem, dos Forjadores, dos Esmerís, das Raspas, Tira-cantos e Desempenadores). Destes, dependiam todos os outros, uns agrupados por classes, consoante o seu grau de especialização (encontramos picadores de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>, o mesmo para os forjadores e assim sucessivamente), outros, de categoria indiferenciada podiam ser simples serventes ou aprendizes (menores). No sector feminino a especialização não era tão fraccionada, nem tão pouco ocupavam lugares cimeiros nesta hierarquia. Simplesmente, existiam operárias especializadas de 2.<sup>a</sup> e aprendizes (menores)<sup>83</sup>. Embora não seja possível, no espaço de que dispomos, fazer aqui a análise dos salários praticados na ELUTF, convém dizer que o salário de um limeiro era, em média, bastante mais baixo do que o de um vidreiro, isto nas palavras de Albano Pedrosa Tomé Fêteira<sup>84</sup>.

O ritmo de trabalho nesta empresa foi, em grande parte, determinado pela existência de matéria-prima ou da quantidade de encomendas que se deviam satisfazer. Ao que sabemos, a fábrica laborava todos os dias do ano, em jornadas de 8 horas tal como, aliás, determinava a

---

<sup>83</sup> *Processo III P. T. ...*, fl. 124. Por este documento acedemos a todas as categorias profissionais existentes na ELUTF, bem como aos respectivos salários.

<sup>84</sup> Em 1940, o salário médio diário de um empregado de escritório era de 15\$00 e 9\$00 se fosse um operário do sexo masculino. Em 1943, o empregado de escritório tinha um salário médio diário de 25\$00, o mesmo que um picador mecânico de 1.<sup>a</sup> (o 3.<sup>a</sup> auferia apenas 15\$00). Atente-se que as mulheres, especializadas 2.<sup>a</sup> auferiam apenas 7\$00 de salário médio diário (Cf. *Processo III P. T. ...*, fl. 121, 123 e 124).

lei. No entanto, em períodos de maior procura, muitas limas eram picadas pelos operários (e respectiva família) em trabalho domiciliário.

Até 1954, data da conclusão dos novos pavilhões, as condições de trabalho não devem ter sido as melhores. Por diversas vezes, surpreendemos ofícios emanados da respectiva Circunscrição, onde se estipulavam as normas a que a empresa deveria obedecer no que ao pessoal operário dizia respeito. Assim, era muito comum que além de se chamar a atenção para pormenores mais técnicos, como era o caso da protecção das correias de transmissão dos maquinismos, da colocação de anteparos nas lâmpadas de iluminação ou da necessidade de “dispor de fatos, aventais, luvas e calçado que os protejam de queimaduras”<sup>85</sup>, também houvesse recomendações no sentido de uma maior humanização do espaço laboral. É neste sentido que, amiudadamente, se exige a construção de “retretes para o pessoal masculino e feminino [...] lavatórios com água corrente [...], banheiros de chuva [...], armários individuais” e ainda, uma grande insistência na vacinação de todos os operários<sup>86</sup>.

À parte aquelas exigências, parece-nos que o trabalho mais duro era aquele que era desempenhado pelas mulheres uma vez que eram elas que transportavam as limas, em tabuleiros de madeira, à cabeça, de uma secção para a outra, o que muitas vezes implicava sair de um pavilhão para outro, independentemente das condições atmosféricas ou das consequências físicas que tal acto acarretava<sup>87</sup>. Além da roupa utilizada não ser, na maior parte das vezes, a mais adequada era comum as operárias (e os operários) andarem descalços na empresa. Mesmo em 1957, já depois da inauguração dos novos pavilhões, portanto,

---

<sup>85</sup> Estas normas eram sistematicamente referidas sempre que a empresa solicitava a instalação de novas máquinas, ao abrigo da lei do Condicionamento Industrial. (Veja-se, por exemplo, a fl. 25, 140, 208 do *Processo III P. T.*..., que temos vindo a citar).

<sup>86</sup> *Processo III P. T.* ..., fl. 25.

<sup>87</sup> Sobre as várias secções de trabalho, onde decorriam as diversas etapas de produção, veja-se o trabalho já cit. *supra* nota 16, pp. 233-235. “

deparamos com um ofício, remetido da 2.<sup>a</sup> Circunscrição, onde se pede à gerência da firma que tome providências “para que o pessoal não se apresente descalço no serviço, como foi verificado”<sup>88</sup>. De facto, foram tomadas medidas para solucionar esta última advertência: na serralharia foram executadas, em madeira, alpercatas que se fixavam aos pés com tiras provenientes das correias de transmissão que, de vez em quando, rebentavam.

Após 1954, as condições de trabalho parecem ter-se alterado. Foram os próprios peritos que vistoriaram a fábrica que afirmaram “a sua admiração pelo gosto posto na nova construção, a qual, ao lado dos edifícios da velha fábrica demonstram os dois padrões de trabalho por que esta Empresa tem passado. As suas instalações actuais, são amplas, com grande cubagem e uma óptima arrumação de maquinismos, dispendo ainda de boa iluminação e ventilação dignas da época de renovação porque passamos”<sup>89</sup>.

Conquanto as condições de trabalho dos cerca de 1 200 operários tenham registado melhorias assinaláveis, sobretudo após as comemorações do centenário, os acidentes laborais não terminaram. Embora apenas tenhamos dados para o período posterior a 1955, tal não invalida que antes dessa data, e em piores condições de trabalho, isso não tenha acontecido. Apenas a título de exemplo, e para terminar esta nova brevíssima incursão no mundo do operariado limeiro, registem-se os dados que coligimos entre Junho e Novembro daquele ano. Dos 31 acidentes contabilizados 18 (58%) diziam respeito a contusões de vária ordem (ferida contusa nos pés, a mais vulgar), 7 (22,5%) apresentaram corpos estranhos nos olhos (resultado das limalhas de ferro que escapavam das máquinas), 3 (9,7%) apresentavam queimaduras, 1 (3,2%) electrocussão e 2 (6,4%) com infecções não determinadas.

---

<sup>88</sup> *Processo III P. T. ...*, fl. 229.

<sup>89</sup> *Idem*, fl. 209.

#### 4. CONCLUSÃO

A indústria limeira emergiu de uma actividade de características artesanais que, nos seus primórdios, era sustentada por um restrito número de oficinas não comportando, cada uma delas, mais do que um ou dois artífices em laboração. A produção equivalia à exigência do restrito mercado regional, de um importância pulsátil pela sua dependência de outras actividades ligadas à indústria e comércio da madeira.

Foi a viragem para novos mercados, nacionais e internacionais, que veio impulsionar o crescimento e a significativa modernização desta indústria no que se refere às infra-estruturas e mecanização.

Este percurso de desenvolvimento arrasta consigo o aparecimento de novos problemas que estão para além da laboração e que exigem uma gestão que já não é possível ser confinada a uma só pessoa. A concorrência de mercados, a aquisição de maquinaria, a obtenção de capitais para investimento, o relacionamento com as instâncias políticas e governamentais de decisão bem como a solução dos complexos problemas ligados ao operariado, deixam perceber a importância fundamental e imprescindível de uma competente equipe de gestão.

Foi tudo isto que se quis reconhecer nas Comemorações do centenário da ELUTF, cujo sucesso ficou ligado a uma família que revelou, no domínio desta indústria, potencialidades multidisciplinares.

Esta família, constituída por numerosos irmãos, deu à empresa homens de grande conhecimento técnico, com destaque para João Tomé Fêteira e administradores de relevante valor, como foi o caso de Albano Tomé Féteira.

Mas o sucesso exige, ou é sempre acompanhado por uma certa parcela de sorte, isto é, aqueles factores aleatórios cuja razão se desconhece e que acabam por condicionar que uns

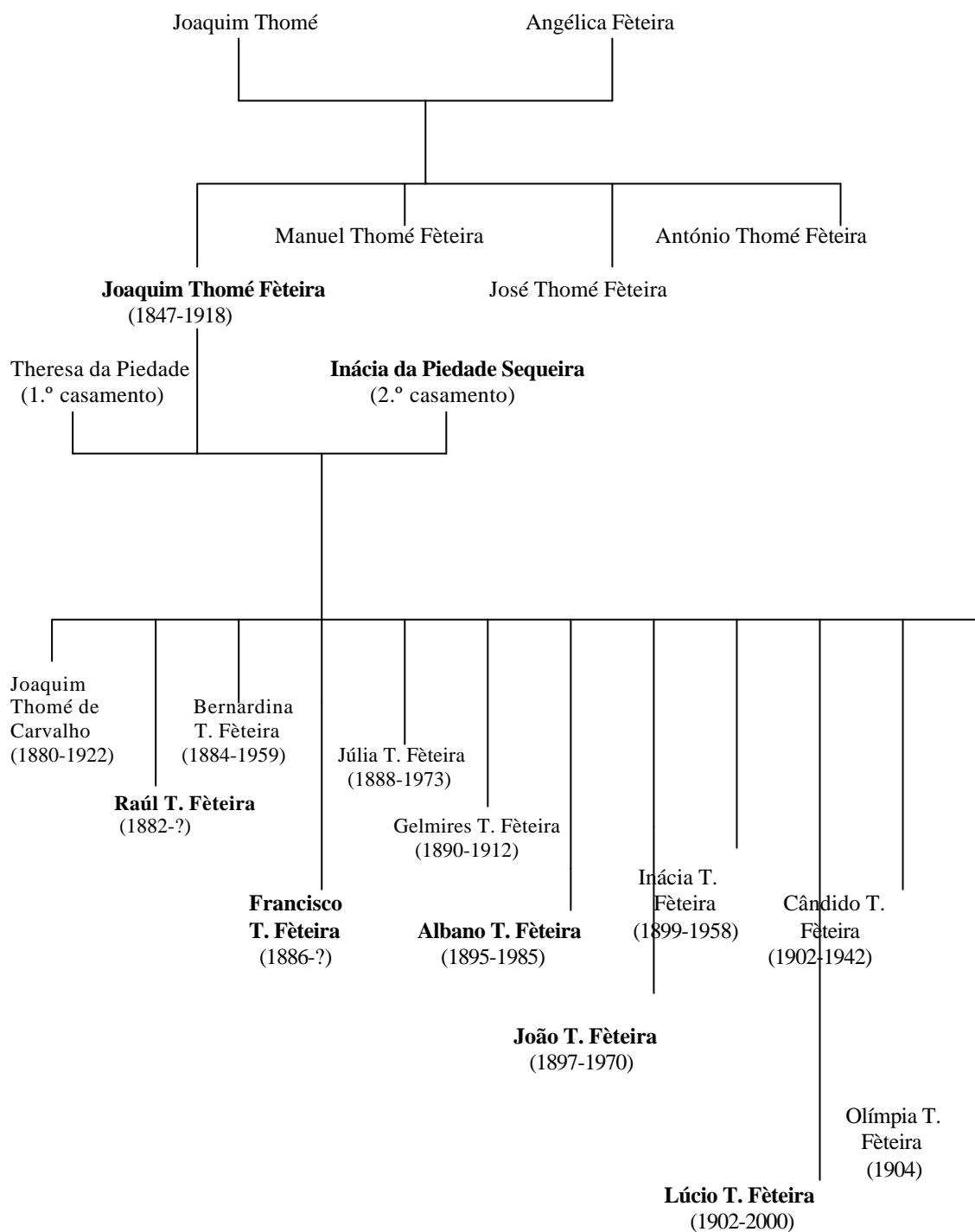
saíam vencedores nas mesmas circunstâncias em que outros ficam derrotados. É Esta “estrela da sorte” que, em nosso entender, deverá ter sido protagonizada por Lúcio Tomé Fêteira, um dos irmãos que adquiriu projecção de relevo ao nível nacional e internacional, na área da economia e das finanças. Embora sem interferir directamente na empresa, em vários momentos, terá empenhado a sua influência na resolução de problemas dependentes da administração governamental ou do mundo do capital. Assim, compreende-se que tenha sido ele e não outro, o protagonista do discurso oficial das comemorações do centenário da ELUTF.

Aquele evento, que além de constituir uma homenagem ao fundador, pretendia celebrar o progresso técnico e o poderio económico, visível não só na grandiosidade das instalações que possuía mas também na amplitude dos vastos mercados internacionais que conquistara, pretendia ainda, e à maneira das grandes exposições industriais, “reforçar posições ao nível da concorrência, não só económica como politicamente”, como sublinhou J. M. Amado Mendes<sup>90</sup>. Eliminar a concorrência, impedir que outras empresas do mesmo sector se instalassem em Vieira de Leiria parece também ter sido um dos o móbeis da realização das comemorações do centenário. Embora este assunto ainda careça de investigação, é essa não só a nossa opinião, mas também a de Albano Pedrosa Tomé Fêteira, filho de Albano Tomé Fêteira que, ao tempo, era o verdadeiro dono (em conjunto com o irmão João) da ELUTF.

---

<sup>90</sup> J. M. Amado Mendes, “Etapas e Limites da Industrialização. As Exposições, «festas máximas da civilização moderna»”, *História de Portugal*, vol. 5.º, (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 361-362.

## Anexo 1 – GENEALOGIA DA FAMÍLIA TOMÉ FÈTEIRA



**Fonte:** 1.ª Geração, Oneto Nunes, *Vieira de leiria, A História, O Trabalho, A Cultura*, Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, 1993, p. 120.

2.ª e 3.ª Geração, Registos pessoais de Albano Pedrosa Thomé Feteira.

### Anexo 3 – MÁQUINAS INSTALADAS ATÉ 1929

Número	Designação
1	Semi-fixa a vapor de 60 CV.
1	Caldeira a vapor de 9 quilos de pressão
1	Dínamo de 6,5 Kw (para fornecimento de luz)
1	Limador mecânico
1	Torno mecânico
1	Engenho de furar
20	Máquinas de picar limas
10	Máquinas de limar limas
1	Plaina de aplainar limas
1	Saca Bocados
2	Máquinas de cortar barras de aço
4	Malhos pilões
1	Máquina de abrir dentes a serras
2	Ventoinhas
1	Máquina de insouflar limas
2	Serras semfim de serrar madeiras
2	Fornos
2	Estufas
10	Fornalhas
30	Tornos de bancada

**Fonte:** 2.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial, *Resumo do Processo III P. T. 13, 978, P.º n.º 2/626, fl. 4 v.º*

